



Simulado Especial

# Câmara dos Deputados

**Cargo:** Analista Legislativo - Técnica Legislativa  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Especial Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - Técnica Legislativa

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - Técnica Legislativa;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Câmara-dos-Deputados-Técnica-01-10>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE

## LÍNGUA PORTUGUESA

*Adriana Figueiredo*

**01.** Em todas as frases abaixo, para evitar-se repetição, houve substituição do termo em destaque. Assinale a frase em que o processo utilizado na substituição está adequadamente identificado.

- a) Estavam todos esperando o auxílio governamental, mas essa ajuda não chegou / hiperônimo
- b) João aguardava o transporte para levá-lo ao seu destino / qualificação.
- c) Os Estados Unidos estão concentrando atenção nessa guerra fria moderna; a Casa Branca convocou uma nova reunião / metonímia.
- d) A Universidade Federal do Rio de Janeiro comemora mais um ano de existência. A instituição é reconhecida por sua excelência / especificação.
- e) O computador é uma importante ferramenta. Essa tecnologia ajuda no processo de ensino-aprendizagem / caracterização.

**02.** “Não é coisa reprovável, mas altamente louvável, tomar emprestadas de uma língua estrangeira as sentenças e palavras e incorporá-las na própria”.

A frase abaixo em que o estrangeirismo sublinhado mostra uma incorporação completa ao nosso idioma é:

- a) O hamburger se popularizou como fast-food.
- b) Há diferentes mecanismos de alívio do stress.
- c) A inscrição será realizada somente através do site da instituição.
- d) Um renomado chefe de cozinha virá ao Brasil.
- e) Não há empresa sem marketing.

**03.** Assinale a opção em que a troca de posição dos termos sublinhados ocasiona modificação indevida de sentido.

- a) as melhores ações / as ações melhores.
- b) qualquer situação / situação qualquer.
- c) as pessoas importantes / as importantes pessoas.
- d) contas diversas / diversas contas.
- e) o incrível bar / o bar incrível.

**04.** Identifique a função da linguagem predominante no trecho a seguir:

**Dicionário:** *s.m.* Compilação que contém as palavras de uma língua, apresentando seu significado, utilização, etimologia, sinônimos, antônimos ou com a tradução para outra língua: dicionário de português; dicionário de português-inglês.

- a) emotiva
- b) metalinguística
- c) referencial
- d) fática
- e) poética

**TEXTO PARA AS QUESTÕES 5, 6, 7 e 8**

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais.

No Brasil, o crime aumentou significativamente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o *boom* do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, conseqüentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. **Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas.** In: **Revista Brasileira de Segurança Pública.** São Paulo, ano 5, 8.<sup>a</sup> ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

**05.** Assinale a alternativa correta com relação à compreensão do texto.

- a) O processo de redemocratização permitiu a ampla consolidação do conceito de cidadania.
- b) Dentre outros motivos, a violência é um fator que impossibilita a concretização da cidadania em sua plenitude.
- c) O desemprego e a impossibilidade de consumo têm relação direta com o aumento da criminalidade.
- d) A prisão é a única ferramenta do Estado para manutenção do controle e da segurança.
- e) De acordo com o texto, justiça social e justiça criminal estão intimamente relacionadas, sendo indispensáveis para o controle da criminalidade.

**06.** Com relação à tipologia textual predominante no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Narração
- b) Descrição
- c) Exposição
- d) Injunção
- e) Argumentação

**07.** A classe da palavra está corretamente apontada na alternativa:

- a) após (1º parágrafo) / para (2º parágrafo) - advérbio e preposição
- b) fim (1º parágrafo) / alto (2º parágrafo) - advérbio e adjetivo
- c) três (1º parágrafo) / menos (3º parágrafo) - numeral e adjetivo
- d) significativamente (2º parágrafo) / reconstrução (3º parágrafo) - advérbio e verbo
- e) que (2º parágrafo) / tardia (3º parágrafo) - conjunção e adjetivo

**08.** Com relação ao vocábulo destacado em "Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira [...]" (1º parágrafo), assinale a classificação morfossintática correta.

- a) pronome / objeto direto
- b) pronome / sujeito
- c) conjunção / sujeito
- d) pronome / objeto indireto
- e) conjunção / objeto direto

**09.** Com relação às regras de acentuação, assinale a alternativa correta.

- a) Depois de ler todo o contrato, às vésperas do prazo final, o gerente deixou sua rubrica em todas as páginas.
- b) O empregador deve manter o ambiente propício ao desenvolvimento intelectual.
- c) Para ciência de todos, o memorando deve estar pronto até quinta-feira.
- d) Haverá um acordo internacional para impulsionar a economia de países em desenvolvimento.
- e) O ato heróico da ciência brasileira é avançar em meio ao caos.

**10.** Do ponto de vista da argumentação, assinale a alternativa que mostra a correta relação.

- a) O melhor candidato a esse posto é o João, pois entre todos é o mais preparado. / Simplificação exagerada
- b) Todas as mulheres sabem cozinhar, logo Ana sabe cozinhar. / Círculo vicioso.
- c) O advogado mentiu pela sua cliente; todos os advogados têm caráter duvidoso. / Generalização excessiva.
- d) O professor repreendeu o aluno que conversava; obviamente não se pode levar a sério a repreensão de quem só chega atrasado. / Fuga do tema.
- e) Para melhorar a economia no Brasil, basta abrir novas vagas de emprego. / Argumento autoritário.

**11.** A única frase abaixo expressa em linguagem denotativa ou lógica é:

- a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.
- b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.
- c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.
- d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.
- e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.

**12.** Dentre os trechos abaixo, o único que apresenta um modo de organização discursiva distinto é:

- a) *"O cavalo e o burro seguiam juntos para a cidade. O cavalo contente da vida, folgando com uma carga de quatro arrobas apenas, e o burro — coitado! gemendo sob o peso de oito. Em certo ponto, o burro parou e disse: — Não posso mais! Esta carga excede às minhas forças e o remédio é repartirmos o peso irmanamente, seis arrobas para cada um.*
- b) *Antigamente, antes de as cidades se formarem, a água entrava toda na terra. Quando o homem começou a tirar a vegetação e construir casas nas margens dos rios, as enchentes viraram um problema.*
- c) *Era este nobre senhor alto, magro, de cinquenta e poucos anos, queixo pontiagudo, cabelo grisalho desgrenhado e certo ar de loucura no olhar. De sobrenome Quixada ou Quesada, embora não rico, era muito conhecido pelos lavradores e tinha fala de boa pessoa entre os moradores da comunidade em que vivia.*
- d) *Nascida em Salvador, Irmã Dulce, que ficou conhecida como "anjo bom da Bahia", teve uma trajetória de fé e obstinação na qual enfrentou as rígidas regras de enclausuramento da igreja para prestar assistência a comunidades pobres da cidade, trabalho que realizou até a morte. Caminhou por onde ninguém queria, acolheu a todos quanto pôde e viveu plenamente a caridade.*
- e) *Começo a trabalhar online, o que já costumo fazer. Revisões e orientações, álcool em gel, lavar as mãos com sabão, relato do trabalho que realizara em março, álcool em gel, lavar as mãos com sabão, noticiários na TV, séries e filmes na Netflix, sarau literário por google meet, como é bom rever o grupo! Mais disciplinado do que nunca por conta do encontro virtual, ninguém fala ao mesmo tempo. Que vírus danado!*

**13.** Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
- b) A vida do ser que não busca conhecimento não faz sentido.
- c) Os relatórios sigilosos chegaram quando todos já estavam na repartição.
- d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
- e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

**14.** Assinale a opção que indica a frase em que esse acento está empregado incorretamente.

- a) Quando perceberam a movimentação, os jornalistas saíram às pressas.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) O voto partidário estava relacionado à decisões pessoais.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

**15.** A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Quando João chegou atrasado, o gerente ligou para seu superior.
- b) Os professores disseram aos alunos que poderiam escolher uma outra avaliação.
- c) Os técnicos instalaram um sistema rápido.
- d) Ele devolveu a capa do celular que estava em seu carro.
- e) Ninguém precisou esconder a verdade.

**LÍNGUA INGLESA***Andrea Belo***Read the text and answer questions 16 and 17**

Eating meat regularly increases someone's risk of developing heart disease, diabetes, pneumonia and other serious illnesses, research has found.

It is already known that intake of red and processed meat heightens the risk of being diagnosed with bowel cancer. But these findings are the first to assess whether meat consumption is linked to any of the 25 non-cancerous illnesses that most commonly lead to people being admitted to hospital in the UK.

The academics from Oxford University who published the study found that consumption of red meat, processed meat and poultry meat such as chicken and turkey, either alone or together, at least three times a week was linked to a greater risk of nine different illnesses.

Their results add to the growing evidence from researchers and the World Health Organization that eating too much meat, especially red and processed meat, can damage health (...)

(Adapted from

<https://www.theguardian.com/food/2021/mar/02/eating-meat-raises-risk-of-heart-disease-diabetes-and-pneumonia>)

**16.** After reading, the sentence that the best represents the text is

- a) Eating meat raises risk of heart disease, diabetes and pneumonia'
- b) Eating meat shrinks risk of heart disease, diabetes and pneumonia'
- c) Eating meat explains the risk of heart disease, diabetes and pneumonia'
- d) Eating meat bothers risk of heart disease, diabetes and pneumonia'
- e) Eating meat can be the end of the heart disease risk, diabetes and pneumonia'

**17.** In the first sentence of the text "Eating meat regularly increases someone's risk of developing heart disease, diabetes, pneumonia and other serious illnesses, research has found", there is 's and another example with the same meaning is

- a) She's the best friend someone can have.
- b) The handsome guy's glasses are awesome.
- c) Julia told me not to worry if Tom's right or wrong.
- d) He admitted he was kidding when he said Patrick's gone.
- e) That boy realized Bethy's depressed and he's going to help her.

**Read the text and answer questions 18, 19 and 20****Whether or Not You're Able to Vote in Jail May Come Down to Where You're Incarcerated**

Dr. Seuss Enterprises will no longer publish or license six of the author's books, including his first children's book, *And to Think That I Saw It on Mulberry Street* (1937) and *If I Ran the Zoo* (1950), because of racist and insensitive imagery.

On Tuesday, the company released a statement on their website explaining their decision to stop publishing these books, citing that they "portray people in ways that are hurtful and wrong." In addition to those two books, *McElligot's Pool* (1947), *Scrambled Eggs Super!* (1953), *On Beyond Zebra!* (1955) and *The Cat's Quizzer* (1976) will no longer be published. "I just handed it to them, surprised," says Christian Nasse, a 66-year-old detainee at (1) \_\_\_\_\_ jail. "And just put it in the memory bank that it was odd — another intimidation thing."

"Ceasing sales of these books is only part of our commitment and our broader plan to ensure Dr. Seuss Enterprises' catalog represents and supports all communities and families," they wrote. The company, which preserves and protects the legacy of the late author and illustrator, who died in 1991 at the age of 87, also noted in the statement that the decision was made over the past year with a panel of experts, including educators, academics, and specialists in the field, who reviewed the catalog of titles.

The works of Dr. Seuss, born Theodore Seuss Geisel, have long been considered canon for children's literature thanks to their playful illustrations and tongue-twisting rhymes. (2) \_\_\_\_\_ recent years, however, Geisel's work has been called out for his caricature and stereotype-ridden depictions of racial minorities, particularly Black and Asian people (...)

(Adapted from <https://time.com/5943429/dr-seuss-racist-images/>)

**18.** In the sentence "On Tuesday, the company released a statement on their website explaining their decision to stop publishing these books" (paragraph 1), the word their refers to

- a) enterprises
- b) books
- c) statement
- d) publishing
- e) Tuesday

**19.** Choose the alternative containing the correct words to respectively complete gaps (1) and (2)

- a) the, in
- b) A, for
- c) the, to
- d) the, a
- e) the, an

**20.** According to the text, read the statements and choose the correct alternative

I. Dr. Seuss Enterprises won't publish or license six of the author's books

II. On Tuesday, the company released an assertion on their website

III. Ceasing sales of all books is only part of our commitment and our broader plan

IV. Geisel's work hasn't been called out for his caricature and stereotype

- a) I, II and IV are correct
- b) II and IV are correct
- c) I, II and III are correct
- d) I and II are correct
- e) I, II and V are correct

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

**21.** O Presidente da República, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus, apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal para retirar dos municípios a competência para tratar dos assuntos de interesse local. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.
- d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- e) inconstitucional, porque a proposta fere a autonomia municipal, princípio federativo amparado por cláusula pétrea.

**22.** Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- a) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar as leis à publicação. Caso deixe ultrapassar o prazo de quinze dias úteis e não se manifeste expressamente a respeito do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, seu silêncio implicará em sanção. Na situação, a próxima etapa será a promulgação da lei, que será feita pelo Presidente do Senado, na hipótese de o Presidente da República deixar transcorrer o prazo de 48 horas sem agir.
- b) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.
- c) Não se admite a votação de projeto de lei e de propostas de emenda à Constituição em comissão. Tais proposições somente poderão ser votadas no Plenário.
- d) O instituto da iniciativa popular consagrado no artigo 14 da Constituição Federal só tem aplicação no processo legislativo federal e guardadas as exigências contidas no artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Maior.
- e) Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.

**23.** A respeito dos direitos políticos, conforme estabelece a Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- b) À ação de impugnação de mandato será dada ampla publicidade, para que toda a sociedade possa acompanhar os fatos e as provas anexadas aos autos, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- c) A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- d) A condenação por improbidade administrava acarreta a perda dos direitos políticos.
- e) A condenação criminal contra a qual ainda caibam recursos provoca a suspensão dos direitos políticos.

**24.** O Corregedor Nacional de Justiça, no exercício de atribuição que lhe fora conferida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 67/2009) requisitou das autoridades fiscal e monetária, no âmbito da União, informações sigilosas a respeito de João da Silva, juiz federal substituto, para apurar, a partir de fundados elementos de suspeita, em procedimento de investigação, suposta venda de sentença. O Banco Central e a Receita Federal do Brasil negaram acesso aos dados, pelo fato de não existir lei complementar que autorize, na hipótese, quebra de sigilo bancário e fiscal e em razão da inexistência de ordem judicial.

Sabendo que a Constituição Federal a todos assegura o direito à inviolabilidade de sigilo de dados, indique a alternativa correta, consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal e a redação da Lei Maior.

- a) A Resolução 67/2009 não poderia ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, mas poderia ser questionada por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, dada a natureza subsidiária desta ação.
- b) As autoridades agiram corretamente, uma vez que a quebra de sigilo de dados só pode ser feita por meio de ordem judicial ou nas hipóteses autorizadas por lei em sentido formal.
- c) O dispositivo do Regimento Interno do CNJ é formalmente inconstitucional, porque a matéria deve ser disciplinada no Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
- d) Embora constitucionalmente protegido, o sigilo de dados bancários e fiscais pode ser objeto de conformação regimental (lei em sentido material) devidamente justificada, para atender interesse público, com previsão de hipóteses de transferência de dados no interior da Administração Pública.
- e) A norma regimental é formalmente constitucional, mas não guarda compatibilidade material com a Constituição Federal, uma vez que autoriza o acesso, sem ordem judicial, a dados sigilosos por mera requisição de autoridade administrativa.

**25.** O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.
- e) A criação de novos municípios, por desmembramento, é vedada pela Constituição Federal.

**26.** O município Z editou lei que institui feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A constitucionalidade da referida lei foi contestada junto ao STF.

Assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo e em seus conhecimentos sobre controle de constitucionalidade:

- a) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada constitucional, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.
- b) A lei deve ser contestada por meio de ADI e ser declarada constitucional, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.
- c) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada inconstitucional, por contrariar a Lei nº 9.093/95.
- d) A lei deve ser contestada por meio de ADI e ser declarada inconstitucional, por contrariar a Lei nº 9.093/95.
- e) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada inconstitucional, uma vez que apenas União e Estados possuem competência para a instituição de feriados, devendo os municípios se limitar a declarar pontos facultativos.

**27.** Após os ataques às sedes dos Três Poderes, em 08 de janeiro de 2023, o Presidente da República decretou Intervenção Federal na Segurança Pública do Distrito Federal.

Acerca do instituto da Intervenção, assinale a alternativa correta:

- a) A intervenção tem início após sua aprovação pelo Congresso Nacional, não havendo limitação constitucional quanto à sua duração.
- b) O decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas, salvo hipóteses de não funcionamento do Legislativo, caso em que o prazo é de 72 horas.
- c) As manifestações do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional são imprescindíveis para a decretação de intervenção federal, possuindo ambos os órgãos decisão vinculante.
- d) Na intervenção provocada, por requisição, o Presidente da República age após provocação do próprio ente federativo ou do Judiciário, de modo a garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- e) Na intervenção voluntária, o Presidente da República age sem provocação, agindo mediante análise pessoal e discricionária do ato/fato que enseja a intervenção, sendo quatro as hipóteses que autorizam tal tipo de ação: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; reorganizar as finanças da unidade da Federação.

**28.** Analise as seguintes afirmativas, considerando se tratar de ano de eleições municipais:

I – Maria possui 17 anos, seu aniversário é em 15 de novembro, e ela pretende se candidatar a vereadora.

II – Mariana é vice-prefeita, está em seu segundo mandato no cargo e pretende se candidatar à Prefeitura.

III - Roberto é vereador, filho da prefeita de seu município e pretende se candidatar à reeleição.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Maria não poderá ser candidata, Mariana e Roberto sim.
- b) Mariana não poderá ser candidata, Maria e Roberto sim.
- c) Mariana e Maria poderão ser candidatas, Roberto não.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

**29.** Certos Juízes de Direito de um determinado estado proferiram decisões que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas a seus objetos. Após as penhoras e bloqueios, o Governador do referido estado impugnou as decisões por meio de ADPF junto ao Supremo.

Tendo a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) São constitucionais, por não violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos.
- b) São inconstitucionais, por violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam a penhora de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos, mas não aquelas que preveem o simples bloqueio.
- c) São inconstitucionais, por violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos.
- d) São inconstitucionais, por violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas

aos seus objetos, mas não aquelas que preveem a penhora.

- e) São constitucionais, por reafirmarem os princípios da moralidade e da legalidade administrativa, decisões judiciais que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos.

**30.** O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**31.** A respeito da organização administrativa, seus órgãos e entidades, assinale a opção correta:

- a) a qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende unicamente das atividades por elas prestadas.
- b) apenas o estatuto de sua criação ou autorização é necessário para definir se uma fundação é de direito público ou privado, sendo que a natureza jurídica é irrelevante para a definição da atividade desempenhada por tais entidades.
- c) as atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objeto de uma fundação, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado, ainda que a entidade seja instituída ou mantida pelo poder público.
- d) uma fundação pública é a pessoa jurídica de direito público cuja criação foi autorizada por lei, composta por um patrimônio reservado pelo instituidor para a realização de uma finalidade específica de interesse social.
- e) as atividades passíveis de delegação, exercidas por uma fundação pública, não podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

**32.** Imagine que, em determinado estado da Federação, tenha sido editada uma lei que, em um de seus artigos, trouxe a seguinte disposição: “Art. 10. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a matéria no âmbito da Administração Pública Estadual no prazo de 90 dias”.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta considerando os poderes administrativos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) ao chefe do Poder Executivo é conferida a competência para edição de normas concretas, razão pela qual é constitucional o artigo da referida lei.
- b) é inconstitucional norma de legislação estadual que estabelece prazo para o chefe do Poder Executivo apresentar a regulamentação de disposições legais.
- c) o chefe do Poder Executivo não possui competência constitucional para regulamentar leis.
- d) é constitucional norma de legislação estadual que estabelece prazo para o chefe do Poder Executivo apresentar a regulamentação de disposições legais, uma vez que as normas constitucionais prescrevem regras de caráter programático.
- e) decorre do poder hierárquico a possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar normas que se destinam a dar fiel execução às leis.

**33.** Acerca da autotutela e da possibilidade de a Administração rever os seus próprios atos, assinale a opção correta:

- a) é inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de dez anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual.
- b) os estados podem, por leis próprias, instituir o prazo decadencial superior a cinco anos, para o exercício da autotutela administrativa, uma vez que se trata de processo administrativo, cabendo a cada ente da Federação a respectiva regulamentação.
- c) a prerrogativa de a Administração Pública controlar seus próprios atos dispensa a instauração de processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- d) se comprovada a má-fé do beneficiário, a administração terá o prazo de cinco anos para anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- e) os estados-membros não possuem competência para legislar em matéria de direito administrativo e anulação ou revogação de atos administrativos.

**34.** A Emenda Constitucional nº 51/2006 excepcionou a regra do concurso público e tornou possível a admissão dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias mediante processo seletivo público. Acerca do tema e à luz da mais recente jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) cabe ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável aos profissionais que atuam como agentes de combate às endemias, aplicando-se aos servidores ou empregados públicos sempre o regime celetista.
- b) cabe ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável aos profissionais que atuam como agentes de combate às endemias, que deve ser obrigatoriamente o estatutário.
- c) não cabe ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável aos profissionais que atuam como agentes de combate às endemias, que deve ser obrigatoriamente o celetista.
- d) não cabe ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável aos profissionais que atuam como agentes de combate às endemias, que deve ser obrigatoriamente o estatutário.
- e) cabe ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável aos profissionais que atuam como agentes de combate às endemias, podendo livremente optar pelos regimes estatutário ou celetista, ainda que o agente atue na Administração Direta.

**35.** João é parte interessada em um processo administrativo perante um órgão federal, e anexou ao seu pedido os documentos que entendia serem os corretos para instruir o processo. Seu pedido se referia ao deferimento de um ato administrativo simples e vinculado. A autoridade competente, ao receber o processo, solicitou outros documentos. Considerando essa situação, com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta:

- a) o indeferimento do pedido não precisa indicar os fundamentos de fato e de direito que levaram à decisão, na hipótese de João não apresentar os documentos solicitados.
- b) caso João não apresente os documentos solicitados, a Administração não poderá impulsionar o processo de ofício.
- c) os documentos solicitados pela autoridade devem observar o critério de adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos de João.
- d) independentemente da adequação entre os meios e fins, é facultado à administração solicitar todas as informações que considerar cabíveis para a solução do processo.
- e) na decisão, a autoridade pode argumentar com base em lei anteriormente aplicável, sendo autorizada aplicação retroativa de nova interpretação.

**36.** A fundação pública Beta pretende alienar imóveis de sua propriedade, uma vez que, após a adoção do teletrabalho em virtude da pandemia de Covid-19, a entidade realizou mudanças em sua estrutura, utilizando ambiente de trabalho compartilhado, no estilo *coworking*, e limitação de atividades presenciais para casos excepcionais. Um dos imóveis que a fundação pretende alienar foi adquirido mediante dação em pagamento. Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a alienação desse último imóvel:

- a) não dependerá de licitação, pois se trata de hipótese de licitação dispensada, prevista expressamente na legislação de licitações e contratos;
- b) será realizada mediante licitação na modalidade concorrência ou leilão, em virtude da forma de aquisição do bem;
- c) será licitada por meio de leilão, dispensando-se a autorização legislativa em virtude da forma de aquisição do bem;
- d) dependerá de autorização legislativa, avaliação e justificativa da autoridade competente que demonstre a existência de interesse público;
- e) não dependerá de licitação, uma vez que a aquisição, a alienação e a locação de bem imóvel são hipóteses de inexigibilidade, quando as características do bem condicionarem a medida.

**37.** A sociedade empresária Beta firmou contrato administrativo com a União, para reforma de alguns edifícios públicos. Ocorre que, poucos dias após a assinatura do contrato, a União justificou a necessidade de alteração o contrato unilateralmente, pois concluiu ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto, na ordem de 50%, já que decidiu reformar apenas algumas unidades. Com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021, a sociedade empresária Beta

- a) será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b) será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais supressões de 50% do valor inicial atualizado do contrato, por se tratar de reforma de edifício.
- c) não será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, nenhuma supressão no valor do contrato.
- d) não será obrigada a aceitar qualquer acréscimo ou diminuição de quantitativos inicialmente contratados.
- e) será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a supressão pretendida, independentemente do percentual dessa supressão.

**38.** Acerca da responsabilidade civil estatal, assinale a alternativa correta:

- a) no caso de um homicídio ocorrido nas dependências de hospital público, por falta de segurança no local, a responsabilidade do Estado será subjetiva.
- b) o Estado responde, subjetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- c) a responsabilidade do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício é sempre integral e objetiva.
- d) o Estado possui responsabilidade civil direta, primária e objetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.
- e) as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar prescrevem em dez anos.

**39.** Suponha que João cometeu ato de improbidade administrativa na modalidade culposa, tendo sido devidamente condenado. Irresignado com a condenação, apresentou recurso ao Tribunal de Justiça, ainda pendente de julgamento. Seu advogado, então, informou-lhe que havia entrado em vigor a Lei nº 14.230/21, que excluiu a modalidade culposa da Lei de Improbidade e que, com isso, ele estaria automaticamente absolvido. Além disso, comentou sobre mudanças no regime de prescrição, que poderiam beneficiar João. Sobre a situação de João, é correto afirmar que:

- a) o posicionamento do advogado é procedente, pois a Lei nº 14.230/21 deve ser aplicada retroativamente, inclusive quanto ao regime prescricional, extinguindo o processo contra João.
- b) o entendimento do advogado é improcedente, pois cabe ao juízo competente o exame da ocorrência de eventual dolo por parte do agente, sendo que o regime prescricional da Lei 14.230/2021 é irretroativo.
- c) a alteração trazida pela Lei nº 14.230/21 seria aplicável até mesmo se a ação de João já tivesse transitado em julgado, diante do princípio da retroatividade da lei mais benéfica.
- d) o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 pode retroagir para beneficiar o réu, caso a ação não tenha transitado em julgado.
- e) a revogação da modalidade culposa pode retroagir e afetar os processos com trânsito em julgado, mas cujas penas ainda estejam na fase de execução, em virtude dos princípios do direito administrativo sancionador.

**40.** Acerca do regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar:

- a) o teto remuneratório constitucional incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor, desde que a pensão seja instituída após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- b) nas situações em que seja possível a acumulação de cargos públicos, o teto constitucional para a remuneração dos servidores públicos é aplicado por cargo, individualmente.
- c) a aposentadoria especial do professor somente será concedida aos que exercerem atividade em efetiva docência, apenas no ensino médio.
- d) No caso de declaração de nulidade de exame psicotécnico previsto em lei e em edital, a Administração Pública deverá prosseguir com o certame, sem a realização de exame psicotécnico, dada a ilegalidade da avaliação.
- e) É constitucional norma estadual que autoriza a transformação, mediante decreto ou outro ato normativo infralegal, de funções de confiança em cargos em comissão ou vice-versa, desde que isso aconteça sem aumento de despesa pública.

**RACIOCÍNIO LÓGICO***Eduardo Mocellin***41.** Considere as sentenças a seguir:

- I. Ou Tiago é vereador, ou João é prefeito.  
II. Se Pedro é deputado, então Tiago é vereador.
- Sabe-se que a primeira sentença é verdadeira e a segunda é falsa. Logo, é correto concluir que:
- a) Tiago é vereador, João é prefeito e Pedro é deputado.
  - b) Tiago não é vereador, João é prefeito e Pedro é deputado.
  - c) Tiago não é vereador, João não é prefeito e Pedro é deputado.
  - d) Tiago é vereador, João não é prefeito e Pedro é deputado.
  - e) Tiago é vereador, João não é prefeito e Pedro não é deputado.

**42.** Jaqueline realizou a seguinte afirmação quanto às suas amigas Beatriz e Amanda:

Se Beatriz for ao evento, então Amanda não irá.

Considere as quatro novas afirmações:

- I. Se Beatriz não for ao evento, então Amanda irá.  
II. Se Amanda for ao evento, então Beatriz não irá.  
III. Beatriz irá ao evento ou Amanda irá.  
IV. Beatriz não irá ao evento ou Amanda não irá.

Dessas quatro novas afirmações, são equivalentes à afirmação de Jaqueline:

- a) somente I
- b) somente II
- c) somente I e IV
- d) somente II e III
- e) somente II e IV

**43.** A negação lógica da sentença “Se Marcos é marceneiro e Ricardo não é radialista, então Eduardo é eletricista” é:

- a) Se Marcos é marceneiro e Ricardo não é radialista, então Eduardo não é eletricista.
- b) Marcos é marceneiro e Ricardo não é radialista e Eduardo não é eletricista.
- c) Se Eduardo não é eletricista, então Marcos não é marceneiro ou Ricardo é radialista.
- d) Marcos não é marceneiro e Ricardo é radialista e Eduardo não é eletricista.
- e) Se Marcos não é marceneiro ou Ricardo é radialista, então Eduardo não é eletricista.

**44.** Beatriz disse para a sua amiga:

De vestido preto, toda mulher é bonita e elegante.

Considerando-se que a frase dita por Beatriz é falsa, é correto concluir que:

- a) Sem vestido preto, toda mulher não é bonita nem elegante.
- b) De vestido preto, toda mulher não é bonita e não é elegante.
- c) Sem vestido preto, alguma mulher não é bonita ou não é elegante.
- d) De vestido preto, alguma mulher não é bonita nem elegante.
- e) De vestido preto, alguma mulher não é bonita ou não é elegante.

**45.** Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

I. Se bebo muita água, então não fico desidratado.

II. Toda segunda-feira bebo muita água.

Pode-se concluir que:

- a) se fico desidratado, então não é segunda-feira.
- b) se não é segunda-feira, então não bebo muita água.
- c) se não bebo muita água, então fico desidratado.
- d) se bebo muita água, então é segunda-feira.
- e) se não fico desidratado, então bebo muita água.

**46.** Considere os seguintes argumentos formados pelas premissas P1 e P2 e pela conclusão C:

Argumento I

P1: Todos os administradores são inteligentes.

P2: Quem é disciplinado não é inteligente.

C: Nenhum administrador é disciplinado.

Argumento II

P1: Algum analista é inteligente.

P2: Todo analista tem ensino superior.

C: Todo inteligente tem ensino superior.

Argumento III

P1: Todos os fanáticos são tolos.

P2: Alguns tolos são inteligentes.

C: Quem é fanático inteligente é tolo.

É (são) argumento(s) válido(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

**47.** Assinale a alternativa que apresenta um argumento por abdução.

- a) Se o dia está ensolarado e não é dia útil, então Pedro vai à praia. Pedro não foi à praia. Logo, o dia não está ensolarado ou é dia útil.
- b) Todo cão é mortal. Todo gato é mortal. Toda raposa é mortal. Toda tartaruga é mortal. Cães, gatos, raposas e tartarugas são animais. Logo, todo animal é mortal.
- c) A prata, o cobre, o alumínio e o aço são bons condutores de calor. Logo, metais são condutores de calor.
- d) De todos os livros que estão nessa livraria, os livros de suspense ficam na estante X. Esses dois livros que encontrei perdidos na cafeteria da livraria são de suspense. Logo, eles devem ficar na estante X.
- e) Sempre comprei eletrodomésticos da marca X e todos eles duraram por muito tempo. Além disso, meus parentes sempre compraram eletrodomésticos da marca X e estão muito satisfeitos. Logo, vou comprar uma lava-louças da marca X, pois ficarei satisfeito com o eletrodoméstico e ele terá uma longa vida útil.

**48.** Joaquim, Tiago e Pedro são servidores da Câmara dos Deputados e apresentam diferentes idades. Além disso, deles é analista legislativo, outro é técnico legislativo, e outro é auxiliar legislativo.

As três afirmações seguintes sobre esses funcionários são verdadeiras:

- Joaquim é mais velho que o técnico legislativo.
- Tiago é analista legislativo.
- Pedro não é o mais novo dos três.

É correto concluir que

- a) Joaquim é mais novo que Tiago.
- b) Pedro é o auxiliar legislativo.
- c) Pedro é o mais novo dos três.
- d) O auxiliar legislativo é o mais velho dos três.
- e) Tiago é mais velho que o técnico legislativo.

49. Os termos da sequência (2, 5, 8, 4, 8, 12, 6, 11, 16, ...) são regidos por uma lei de formação. A soma do décimo primeiro e do décimo segundo termos dessa sequência, obtidos segundo essa lei, é

- a) 34
- b) 35
- c) 36
- d) 37
- e) 38

50. Arnaldo, Bernaldo, Cernaldo e Dernaldo estão dispostos em torno de uma mesa circular. Entre eles, há um analista, dois consultores e um técnico. Além disso, sabe-se que:

- I. Os dois consultores estão sentados um ao lado do outro.
- II. Bernaldo é analista e está ao lado de Arnaldo.
- III. Dernaldo é consultor e Bernaldo está sentado à sua esquerda.

Considerando que cada pessoa exerce uma única função, é correto afirmar que:

- a) Arnaldo é consultor.
- b) Dernaldo está sentado à direita de Arnaldo.
- c) Bernaldo está sentado em frente ao técnico.
- d) Arnaldo está sentado à esquerda de Cernaldo.
- e) O técnico está sentado à direita de Cernaldo.

## INFORMÁTICA E DADOS

*Emannuelle Gouveia*

51. No Explorador de Arquivos do Windows é possível manipular arquivos e pastas. Sobre os modos de exibição disponíveis, marque aquele que exibe uma barra horizontal de navegação, caso seja necessário:

- a) Ícones Grandes
- b) Ícones Extra Grandes.
- c) Lista.
- d) Ícones Pequenos
- e) Ícones Médios

52. No Word, há um recurso muito utilizado quando há a necessidade de que um mesmo documento seja manipulado por usuários diferentes. Serve para identificar as ações realizadas por cada um e evitar que um desfaça o trabalho do outro. O nome desse recurso é:

- a) Controle de Alterações.
- b) Comentários.
- c) Sumário
- d) Estilo.
- e) Macros.

53. No Excel existe a funcionalidade que pode ser usada para filtrar dados em uma planilha. Para acessá-la, através do teclado, devemos utilizar qual combinação de teclas:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + P
- d) CTRL + SHIFT + L
- e) SHIFT + L

**54.** Das letras abaixo, marque aquela que representa características típicas da tecnologia SSD:

- a) apresenta baixa taxa de transferência de dados quando comparada com as tecnologias mais atuais para armazenamento de dados
- b) por apresentar partes móveis, possui menor resistência a choques mecânicos
- c) possui acesso sequencial
- d) realiza leitura e gravação dos dados utilizando tecnologia laser
- e) apresenta altas taxas de transmissão de dados e a capacidade de armazenar uma grande quantidade de dados em um espaço físico menor.

**55.** Um aparelho multifuncional que apresenta as funções de impressora, scanner e copiadora tem respectivamente funções de:

- a) entrada, saída e estrada e saída.
- b) saída e entrada.
- c) saída, entrada e entrada e saída.
- d) entrada, entrada e entrada.
- e) saída, entrada e saída e saída.

**56.** A URL é formada por várias partes. A que indica o domínio vem logo após o (a):

- a) protocolo
- b) caminho
- c) query
- d) elemento
- e) email

**57.** Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CAMÂMARA DOS DEPUTADOS. Para isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

**58.** No serviço de email, é possível enviar mensagens para alguns usuários sem que eles sejam vistos pelos demais destinatários da mensagem. Para isso, devemos usar qual elemento abaixo:

- a) Cc
- b) Anexo
- c) De
- d) Para.
- e) Cco

**59.** O certificado digital, no Brasil, tem os seus padrões regulados por um órgão cujo funcionamento é instituído na MP Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Nesse caso, o órgão citado é:

- a) AC
- b) AR
- c) AC RAIZ
- d) Gabinete de Segurança Nacional
- e) ICP Brasil

**60.** O elemento mais básico de armazenamento e que não possui contexto associado é:

- a) dado
- b) informação
- c) conhecimento
- d) inteligência
- e) granularidade

## **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

*Emerson Douglas*

**61.** A respeito da posse dos deputados e da eleição da Mesa da Câmara dos Deputados (CD), nos termos de seu RICD, e sob a luz da Constituição Federal de 1988 (CF), encontre a única alternativa correta.

- a) A deputada diplomada Nara Leão está grávida. Nessa situação, o RICD a considera em licença-gestante. Para assegurar sua posse virtual, seu requerimento deverá estar acompanhado da declaração de parto em período superior a 120 dias.
- b) Já o deputado Getúlio Vargas tomou posse na Câmara em fevereiro de 2023. Em março foi nomeado o novo ministro da Educação. Desgostoso, Vargas agora pretende reassumir o seu lugar na Câmara. Para isso, terá de prestar um novo compromisso perante o Plenário.
- c) A deputada diplomada Maysa Cantora, ao prestar o compromisso de posse, aproveitou a oportunidade para cantarolar breve trecho de “Meu mundo caiu”. Mesmo aplaudida pelos pares, não se considera que ela tenha sido efetivamente investida no mandato de deputada federal.
- d) O consultor legislativo Fernando Henrique Cardoso explicou que, na 2ª sessão preparatória da 1ª sessão legislativa de cada legislatura, no dia 2 de fevereiro, realizar-se-á a eleição da Mesa da Câmara, para mandato de dois anos.
- e) Elis Regina, deputada gaúcha, se candidatou à Presidência da Câmara. Ela está ansiosa porque lhe informaram que a apuração da eleição presidencial ocorre por último. E que a 1ª apuração é para os suplentes de secretários da Mesa.

**62.** O tema agora são os blocos parlamentares e as muitas lideranças na Câmara e assuntos correlatos. Marque a correta.

- a) A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, se a dissolução não foi por sua iniciativa, poderá integrar outro na mesma sessão legislativa, lecionou o deputado José Sarney.
- b) Gal Costa, deputada baiana, afirmou que a agremiação integrante de Bloco Parlamentar somente poderá fazer parte de outro concomitantemente se os membros de todos os partidos envolvidos aprovarem isso por unanimidade.
- c) Já o deputado Juscelino Kubitschek esclareceu que, para todos os efeitos, a formação do Bloco Parlamentar deverá ser comunicada à Mesa até o dia 1º de fevereiro de cada ano da legislatura.
- d) A analista legislativa Maria Bethânia lecionou que a Maioria é o Partido ou Bloco integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa, ou seja, pelo menos 258 deputados, o que constitui a metade mais um dos membros da Câmara.
- e) Por outro lado, considera-se Minoria a representação imediatamente inferior que, em relação ao Governo, expresse posição diversa da Maioria. Desse modo, se a Maioria for de Oposição, a Minoria certamente será governista, observou o consultor legislativo João Goulart.

**63.** A pauta agora são os infinitos órgãos da Câmara dos Deputados. Não esmoreça e crave a única certa.

- a) A Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude terá a sua atuação direcionada à promoção de eventos e realização de debates exclusivos com especialistas infanto-juvenis, ou seja, que tenham abaixo de 30 anos, do Brasil e do mundo.
- b) Secretária da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude, a consultora legislativa Alcione Marrom foi escolhida pela Mesa, na primeira quinzena de fevereiro de 2023.
- c) Essa Secretaria terá três Secretários-Adjuntos, de partidos diferentes, indicados pelo titular, deputado César Lattes, com mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo no período subsequente.
- d) Os Secretários-Adjuntos terão a designação de Um, Dois e Três e, nessa ordem, substituirão o Secretário Lattes em seus impedimentos e poderão, ainda, receber delegações do Secretário.
- e) Se vagar o cargo do Secretário Lattes em 1º de dezembro de 2025, não se procederá a uma nova escolha pela Mesa Diretora.

**64.** Hora de nos debruçarmos sobre as comissões. Mas continue buscando a certa.

- a) A analista legislativa Rita Lee assegurou que o número de membros das Comissões Permanentes será fixado por ato da Mesa, ouvido o Colégio de Líderes, no início dos trabalhos de cada legislatura.
- b) Nenhuma Comissão terá mais de treze centésimos do total de deputados, desprezando-se a fração. Por isso, o número máximo permitido é de 70 deputados na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).
- c) Compete às comissões da Câmara acompanhar e apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer, de forma independente da Comissão Mista Permanente de Orçamentos (CMO).
- d) O consultor Oswaldo Cruz alertou que cabe a cada comissão permanente, caso a caso, avaliar se recebe ou não petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
- e) A deputada Elza Soares observou que não podem se aplicar à tramitação dos projetos de lei sob deliberação conclusiva os dispositivos relativos às matérias submetidas ao Plenário da Câmara.

**65.** São muitas as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Sobre suas competências e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade. Encontre a única alternativa correta.

- a) O deputado Carlos Chagas afirmou que são campos temáticos da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação: o sistema nacional de defesa civil e a política de combate às calamidades.
- b) A Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional tem como área temática a criação de novos Estados e Territórios, destacou a consultora legislativa Sandra de Sá.
- c) Já a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) tem entre as matérias de sua alçada as migrações internas e os assuntos de interesse federal nos Municípios, Estados, Territórios e no Distrito Federal.
- d) Sistema estatístico, cartográfico e demográfico nacional é tema da competência da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, explicou o deputado Adolfo Lutz, que é do Partido dos Médicos.
- e) Registros públicos e desapropriações são áreas de competência da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, informou a deputada Mart Nália.

**66.** A respeito das muitas matérias que competem às comissões permanentes da Câmara, novamente encontre a alternativa correta.

- a) O controle de drogas, alimentação e nutrição são da competência da Comissão do Esporte, detalhou o deputado Vital Brazil, outro do Partido dos Médicos.
- b) A Comissão da Saúde deverá analisar assuntos pertinentes à organização, fiscalização, tutela, segurança e medicina do trabalho, explicou a deputada Marie Curie.
- c) Datas comemorativas e homenagens cívicas devem ser avaliadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), informou o analista legislativo Bartolomeu de Gusmão.
- d) A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) deve analisar projeto de lei relativo ao incentivo e monitoramento dos programas de prevenção e de enfrentamento das doenças sexualmente transmissíveis (DST), como a Aids, lecionou o consultor legislativo Albert Einstein.
- e) Duília de Mello, analista legislativa, explicou aos deputados o porquê de o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós ser uma atribuição da CDDM, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

**67.** As comissões permanentes da Câmara tem lugar de destaque na fauna legislativa. Novamente sobre as comissões, crave a única correta.

- a) O deputado Charles Darwin, do Partido Científico, explanou que as comissões permanentes terão um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, vedada a reeleição.
- b) O membro suplente de comissão permanente somente poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente dessa comissão se for pela unanimidade dos titulares, assim explicou o consultor legislativo José Leite Lopes.
- c) O presidente da CCJ, Stephen Hawking, será, nos seus impedimentos, substituído por vice-presidente, na sequência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro mais idoso da Comissão.
- d) Já o presidente da Comissão de Saúde, Carlos Paz de Araújo, resolveu declarar a vacância nessa comissão de um membro que se excedeu em faltas. O presidente Araújo ainda designou substituto para o membro faltoso.
- e) Esse presidente Carlos Paz de Araújo poderá até funcionar como Relator ou Relator substituto e terá voto nas deliberações da Comissão de Saúde.

**68.** Não esmoreça. É necessário saber muito sobre comissões. Assunto longo, difícil e muito relevante. Marque a certa.

- a) Antes da deliberação do Plenário, as proposições serão, via de regra, apreciadas pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para o exame dos aspectos financeiro e orçamentário públicos e quanto à sua compatibilidade com as leis orçamentárias. Vedado à CFT, em qualquer caso, o exame do mérito de uma proposição.
- b) Será terminativo o parecer da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) sobre a adequação financeira ou orçamentária da proposição, alertou o deputado Max Planck, do Partido Quântico.
- c) Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) examinar a constitucionalidade e a legalidade, terá de também se pronunciar sobre o mérito da proposição, apontou o deputado Marcelo Gleiser, do Partido dos Físicos.
- d) Esgotados os prazos regimentais, o presidente da Câmara, Isaac Newton, deverá determinar o imediato envio de proposição pendente de parecer à Comissão seguinte ou ao Plenário, conforme o caso.
- e) A CCJ é a única comissão permanente a quem cabe se manifestar sobre o que não for de sua atribuição específica, até pelo seu caráter subsidiário, observou Suzana Herculano-Houzel, do Partido dos Biólogos.

**69.** Chegou a vez de se debruçar sobre as sessões da Câmara dos Deputados. Neste questão o tema é a Ordem do Dia. Verifique e marque a única correta.

- a) Às 16 horas, em regra, passar-se-á a tratar da matéria da Ordem do Dia, sendo previamente verificado o número de deputados presentes no Plenário, através do sistema eletrônico, detalhou o analista legislativo Louis Pasteur.
- b) O presidente da Câmara, Thomas Edison, deve se manter em posição de isenção, sempre que possível. Exatamente por isso não poderá dar conhecimento ao Plenário sobre projetos de lei na pauta que tenham sido aprovados conclusivamente pelas comissões.
- c) O deputado Aristóteles Macedônio ponderou aos pares que, havendo matéria a ser votada e número legal para deliberar, proceder-se-á imediatamente à votação, salvo se houver orador na tribuna.
- d) Não havendo matéria a ser votada, ou se inexistir quórum para votação, ou, ainda, se sobrevier a falta de quórum durante a Ordem do Dia, o presidente da Câmara Werner Heisenberg encerrará a sessão.
- e) A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, à ausência às sessões da Câmara, não permitindo o RICD que sejam ressalvadas quaisquer situações, com exceção de enfermidade comprovada.

**70.** O RICD fala demais por ter muito a dizer. Será lavrada ata com a sinopse dos trabalhos de cada sessão, cuja redação obedecerá a padrão uniforme adotado pela Mesa. Sobre esse tema e seus desdobramentos, encontre a única assertiva correta.

- a) As atas podem ser manuscritas para em seguida serem impressas ou datilografadas. Elas serão organizadas em Anais, por ordem cronológica, encadernadas por sessão legislativa e recolhidas ao Arquivo da Câmara.
- b) O deputado Platão Ateniense explicou aos pares que a ata da última sessão, ao encerrar-se a sessão legislativa, será redigida, em resumo, e submetida a discussão e aprovação, presente qualquer número de deputados, logo após o levantamento da sessão.
- c) Ao deputado Nikola Tesla é lícito retirar na Taquigrafia, para revisão, o seu discurso, não permitindo a publicação na ata respectiva. Caso Tesla não devolva o discurso dentro de cinco sessões, a Taquigrafia deverá comunicar ao Orador a sua falta. Se não houver resposta, irá à publicação o texto sem revisão do orador.
- d) Apesar da imunidade parlamentar prevista na Constituição, o RICD não autoriza a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias do decoro parlamentar. Mas cabe recurso do orador à Mesa ou ao Plenário, assim falou o deputado Nietzsche Zaratustra.
- e) Serão divulgados pelo programa Voz do Brasil as atividades das Comissões e do Plenário e os pronunciamentos lidos ou proferidos da tribuna da Câmara, desde que em termos regimentais, avisou Galileu Galilei, do Partido da Ciência.

**71.** A respeito das proposições diversas que tramitam na Câmara, busque a única alternativa correta.

- a) O analista legislativo Ludwig Wittgenstein avisou aos deputados. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação.
- b) Não serão arquivadas ao fim da legislatura algumas proposições, como as de iniciativa popular, os projetos de código, bem como as relativas às contas do Presidente da República e demais gestores de recursos federais.
- c) Por outro lado, as proposições relativas a tratados e acordos internacionais serão definitivamente arquivadas ao término da legislatura, de acordo com as regras do direito internacional e do RICD, explicou o consultor legislativo Daniel Fahrenheit.
- d) A TV Esfera está apreensiva com o fim iminente da legislatura. É que a sua concessão está terminando. Mas foi tranquilizada pelo deputado René Descartes, que racionalmente explicou que a proposição de renovação de exploração de serviços de sons e imagens não é arquivada ao final da legislatura, em regra.
- e) Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa declarará a prejudicialidade da matéria.

**72.** A pauta agora são os pareceres e a tramitação das proposições no âmbito da Câmara dos Deputados. Crave a assertiva certa nos termos do RICD.

- a) A analista legislativa Ada Lovelace esclareceu os deputados de que nenhuma proposição será submetida a discussão e votação em Plenário sem parecer escrito da Comissão competente.
- b) O parecer por escrito constará de três partes. Relatório, voto do Relator e o parecer da Comissão, explicou Friedrich Hegel, do Partido dos Filósofos.
- c) Cada proposição na Câmara dos Deputados terá sempre seu curso próprio, assim lecionou Martin Luther King, do Partido Pacifista.
- d) O consultor legislativo Immanuel Kant asseverou que a proposição, apresentada e lida perante o Plenário, será objeto de decisão do próprio Plenário, em quaisquer casos.
- e) Rosalind Franklin, do Partido da Ciência, prescreveu que não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões, se houver recurso nesse sentido, de 50 membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário.

**73.** O tema objeto desta questão são os regimes de tramitação, bem como as possíveis preferências entre elas. Nos termos do RICD, marque a única certa.

- a) O deputado Sócrates Grego alertou os pares que existe preferência da declaração de guerra e dos acordos internacionais quando comparados a proposições relativas a estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal nos Estados.
- b) Os projetos em urgência gozam de preferência sobre os em prioridade, que, a seu turno, têm preferência sobre os de tramitação ordinária. Entre estes, os projetos para os quais tenha sido concedida preferência, seguidos dos que tenham pareceres de todas as comissões a que foram distribuídos.
- c) Prioridade é a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja incluída na Ordem do Dia da mesma sessão, logo após as proposições em regime de urgência, enfatizou o deputado Karl Marx.
- d) Encerrada a discussão de matéria urgente com emendas, serão elas imediatamente distribuídas às comissões e mandadas a publicar. As comissões têm prazo de uma sessão, a contar do recebimento das emendas, para emitir parecer, o qual não poderá ser dado verbalmente.
- e) Na discussão e no encaminhamento de votação de proposição em regime de urgência, somente o Autor, o Relator e os Deputados inscritos poderão usar da palavra, por três minutos cada, alternando-se, quanto possível, os oradores favoráveis e contrários.

**74.** Nossa pauta agora traz a discussão das proposições na Câmara dos Deputados. Nos estritos termos do RICD, crave a única alternativa correta.

- a) O presidente da Câmara, Confúcio Kung, não poderá solicitar ao orador que estiver debatendo matéria em discussão que interrompa o seu discurso.
- b) Discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário. Quando houver emendas, sua discussão será feita separadamente, explanou Rosa Parks, do Partido Antirracista.
- c) A proposição com a discussão encerrada na legislatura anterior terá sempre a discussão reaberta para receber novas emendas, lecionou o deputado Montesquieu Iluminado.
- d) A cientista Margaret Hamilton é uma personalidade de excepcional relevo. No entanto, esse motivo não é suficiente para que seja interrompido certo orador na Câmara. Para tal interrupção ser lícita, nos termos do RICD, somente se fosse um chefe ou ex-chefe de Poder, como Barack Obama.
- e) No caso de tumulto grave no recinto do Plenário, o presidente da Câmara, John Locke, poderia interromper o orador ou até mesmo suspender ou levantar a sessão. Mas se o tumulto fosse no edifício da Câmara, mas fora do Plenário, essas medidas não poderiam ser tomadas.

**75.** O RICD novamente menciona preferências e precedências, bem como sobre o encaminhamento de votação. Sobre esses temas e suas consequências, marque a alternativa correta.

- a) A proposta de emenda à Constituição tem preferência na votação em relação às proposições em tramitação ordinária. Porém, o projeto original é que terá preferência sobre o substitutivo de comissão.
- b) O deputado Gautama Buda afirmou que o correto é votar em primeiro lugar o substitutivo de Comissão. Havendo mais de um substitutivo, a preferência será regulada pela ordem de sua apresentação.
- c) Na hipótese de rejeição do substitutivo, será declarada a prejudicialidade da proposição inicial e das emendas a ela apresentadas, detalhou François Voltaire, consultor legislativo.
- d) As emendas destacadas, serão votadas, pela ordem: supressivas, aglutinativas, substitutivas, modificativas e aditivas, lecionou a deputada Princesa Diana, do Partido Monárquico.
- e) Nenhum Deputado poderá falar mais de uma vez para encaminhar a votação de proposição principal, de substitutivo ou de grupo de emendas, alertou Jean-Jacques Rousseau, analista legislativo da Câmara.

**76.** Recebido o projeto de código ou apresentado à Mesa, o Presidente comunicará ao Plenário e determinará a sua inclusão na Ordem do Dia da sessão seguinte, sendo publicado e distribuído em avulsos. A respeito dos projetos de código em sua tramitação pela Câmara, busque a única correta.

- a) A analista legislativa Virginia Hall informou que, no decurso da mesma sessão, ou logo após, o presidente do Congresso Nacional nomeará Comissão Especial para emitir parecer sobre o projeto de código e as emendas.
- b) Essa Comissão Especial se reunirá para eleger seu presidente e dois vice-presidentes, avisou o deputado Denis Diderot, do Partido Iluminista.
- c) O presidente da Comissão Especial, Kwame Nkrumah, designará o Relator-Geral e três Relatores-Parciais necessários para as diversas partes do código.
- d) A Mesa receberá projeto de código mesmo que a matéria não possua a complexidade ou a abrangência típicas de um código, explicou o analista Adam Smith.
- e) Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de código, asseverou a deputada Harriet Tubman, do Partido Antirracista.

**77.** O Deputado deve apresentar-se à Câmara durante a sessão legislativa para participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional, sendo-lhe assegurados alguns direitos. Hora de analisarmos o exercício do mandato parlamentar. Investigue e encontre a única correta.

- a) O deputado Leandro Karnal tem o direito de encaminhar, diretamente, por meio de seu gabinete, pedidos escritos de informação a Ministro de Estado.
- b) Comparecimento efetivo do deputado Maomé Profeta à Casa será registrado diariamente, sob responsabilidade da Mesa, às sessões de deliberação, mediante as listas de presença em Plenário.
- c) As deputadas gestantes, a partir da 30ª semana, ou por atestado médico, terão direito à participação plena nas reuniões e nas sessões pela utilização de plataformas de videoconferência.
- d) Ao afastar-se do território nacional, em viagem a Calcutá, a deputada Madre Teresa deverá dar ciência à Câmara, por intermédio da Presidência, indicando a natureza do afastamento e a sua duração exata.
- e) Já a deputada Viviane Mosé deverá apresentar à Mesa, para efeito de posse e antes do fim do mandato, declaração de bens e fontes de renda, importando sua inobservância infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar punida com a perda do mandato sumária.

**78.** No exercício do mandato, o deputado atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se a medidas disciplinares. Sobre esse tema de seus desdobramentos marque a certa.

- a) O RICD estabelece que os deputados somente serão invioláveis por suas opiniões, palavras e votos se proferidos no edifício da Câmara, explicou o consultor legislativo Luiz Felipe Pondé.
- b) Os deputados serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Mas o STF compreende que a sua competência se restringe a crime posterior à diplomação e relacionado ao mandato parlamentar.
- c) Indira Gandhi, analista legislativa, informou que os deputados serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do mandato. No entanto, poderão manter em sigilo o nome das pessoas que lhes confiaram informações.
- d) A deputada Marilena Chauí é servidora efetiva do Senado Federal. Ela foi corretamente informada que, desde a posse, não mais poderia ocupar esse cargo, e que estaria infringindo o RICD.
- e) O deputado Mao Tsé-Tung foi avisado que, caso se desvincule do Partido Revolucionário, havendo justo motivo, não perderá, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dessa filiação partidária.

**79.** Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por regulamentos especiais, aprovados pelo Plenário, considerados partes integrantes do RICD, e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as instruções complementares necessárias. Sobre os serviços administrativos e a administração financeira da Câmara, encontre a alternativa correta.

- a) Um princípio dos serviços administrativos da Câmara é a sua centralização administrativa e agilização de procedimentos, com a utilização do processamento eletrônico de dados.
- b) A existência de um assessoramento institucional descentralizado, de caráter técnico-legislativo ou especializado, à Mesa, às Comissões, aos deputados e à Administração da Casa constitui outro princípio dos serviços administrativos.
- c) Nenhuma proposição que modifique os serviços administrativos da Câmara poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem que a iniciativa seja da Mesa, explicou a analista legislativa Márcia Tiburi.
- d) Rosa Luxemburgo, consultora legislativa, lecionou que a movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada junto ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal.
- e) A ocupação de imóveis residenciais da Câmara por deputados ou servidores ficará restrita ao período de exercício do mandato ou do cargo em comissão e será objeto de contrato-padrão aprovado pela Mesa Diretora, explicou o consultor legislativo Mario Sergio Cortella.

**80.** Mais uma questão de RICD. Agora vamos responder sobre as sessões da Câmara. Novamente crave a única certa.

- a) As sessões serão públicas, mas excepcionalmente poderão ser secretas, quando assim deliberado pelo Plenário, observou a deputada Anne Frank.
- b) A nova presidente da Câmara, Djamila Ribeiro, poderá suspender a sessão por uma única vez, pelo prazo máximo de três horas, findo o qual considerar-se-á encerrada.
- c) A sessão da Câmara poderá ser levantada, antes do prazo para o término dos seus trabalhos, no caso de tumulto grave ou, por exemplo, com a presença nos debates de 99 deputados.
- d) Suponha que a senadora baiana Angela Davis, do Partido Antirracista, eleita em 2018, acaba de falecer. Nesse caso, a sessão da Câmara só poderá ser levantada pela presidente Djamila se for decretado luto oficial no Brasil.
- e) A transmissão por rádio ou televisão, bem como a gravação das sessões da Câmara, depende de prévia autorização do Primeiro Secretário, deputado Miguel Reale, e obedecerá às normas fixadas pela Mesa.

## **REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL**

*Emerson Douglas*

**81.** Com base na Resolução 3 do Congresso Nacional de 1990, que trata da Comissão Representativa do Congresso Nacional (CRCN), encontre a única correta.

- a) A Comissão Representativa do Congresso Nacional (CRCN) somente poderá se reunir com a presença mínima da maioria da composição de cada Casa do Congresso Nacional, explicou a senadora Chica da Silva.
- b) Nas deliberações da CRCN os votos dos senadores e dos deputados serão computados em conjunto, iniciando-se a votação pelos membros da Câmara.
- c) A analista legislativa Malala Yousafzai informou que as deliberações da CRCN serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta dos senadores e deputados que integrarem a Comissão.
- d) A CRCN será secretariada por servidores da Câmara dos Deputados, designados pelo seu presidente dessa Comissão, que é do Senado Federal, alertou a deputada Maria Quitéria.
- e) Aos casos omissos na resolução que trata da CRCN, aplicam-se, no que couber, os princípios estabelecidos no Regimento do Senado e no Regimento da Câmara.

**82.** Em relação à Resolução 1 do Congresso Nacional, de 2002, que é parte integrante do Regimento Comum, e que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, de Medida Provisória (MP) adotada pelo presidente da República, encontre a única alternativa correta.

- a) Uma Comissão Mista para analisar certa MP será integrada por 15 senadores e 15 deputados, respeitada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária em cada Casa. Esse quantitativo já inclui a vaga de rodízio das bancadas minoritárias, explicou a deputada Marsha Johnson.
- b) Uma vez designada, a Comissão Mista terá o prazo de 24 horas para sua instalação, quando serão eleitos o seu Presidente e os dois Vice-Presidentes, bem como designados os Relatores para a matéria, pontuou a analista legislativa da Câmara, Anita Garibaldi.
- c) Observar-se-á o critério de alternância entre as Casas para a Presidência dessas Comissões Mistas. Se o presidente for um deputado, deverá designar o Relator e o Relator Revisor entre os senadores membros da Comissão Mista.
- d) Os trabalhos da Comissão Mista de MP serão iniciados com a presença, no mínimo, de um terço dos membros de cada uma das Casas. Ou seja, pelo menos cinco senadores e cinco deputados presentes. Já as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas.
- e) Caso se manifeste pelo não atendimento dos requisitos constitucionais ou pela inadequação financeira ou orçamentária, a Comissão Mista não precisará se pronunciar sobre o mérito da MP, disse a consultora legislativa Maria da Penha.

**83.** Com base na Resolução 1 do Congresso Nacional, de 2002, que compõe o Regimento Comum, e que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, de Medida Provisória (MP), marque a única assertiva certa.

a) Aprovado o parecer da Comissão Mista de certa medida provisória (MP), será encaminhado à Câmara dos Deputados, acompanhado do processo e, se for o caso,

do projeto de lei de conversão e do projeto de decreto legislativo, explanou o deputado Pedro Segundo.

b) A analista legislativa Frida Kahlo afirmou que compete à Câmara publicar o parecer da Comissão Mista e, a seguir, a MP será examinada. A Câmara, para concluir os trabalhos, terá até o 30º dia de vigência da Medida Provisória, contado da sua publicação no Diário Oficial da União.

c) Aprovada na Câmara, a matéria será encaminhada ao Senado, que, para apreciá-la, terá até o 45º dia de vigência da Medida Provisória, contado da sua publicação no Diário Oficial da União.

d) O senador Marechal Deodoro explicou que o texto aprovado pela Câmara será encaminhado ao Senado em autógrafos, acompanhado do respectivo processo, com exceção da matéria eventualmente rejeitada pelos deputados.

e) Esgotado o prazo do 28º dia, sem que a Câmara haja concluído a votação da matéria, o Senado já poderá iniciar a discussão e votação da MP.

**84.** Chegou a hora de se debruçar sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN), mas sempre sob a luz da Constituição Federal, encontre a única correta.

a) Promulgar emendas à Constituição compete à Mesa do Congresso Nacional, em sessão conjunta e solene, afirmou a deputada Greta Thunberg.

b) É competência da Mesa do Congresso Nacional elaborar ou reformar o Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN), delineou o analista legislativo Machado de Assis.

c) Por proposta das Mesas da Câmara e do Senado, poderão ser realizadas sessões para homenagear Bertha Lutz, a nova presidente da Argentina, ou para comemorar a Independência do Brasil.

d) As sessões conjuntas que não tiverem data legalmente fixada serão convocadas pelo Presidente do Senado ou, na sua ausência, pelo Primeiro Vice-Presidente do Senado, com prévia audiência da Mesa da Câmara dos Deputados.

e) As sessões conjuntas serão realizadas, alternadamente, no Plenário da Câmara e no Plenário do Senado, salvo escolha prévia de outro local devidamente anunciado, alertou a consultora legislativa Chiquinha Gonzaga.

**85.** O Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN), à luz da Constituição Federal, é a norma de regência aqui. O RCCN estabelece que, encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro senadores e quatro deputados. Sobre esse tema e seus desdobramentos, marque a certa.

- a) Os parlamentares que vão encaminhar a votação devem ser de partidos diferentes, pelo prazo de cinco minutos para cada um, disse Dorothy Stang, analista da Câmara dos Deputados.
- b) Deve ser votado, em primeiro lugar, o projeto, ressalvados os destaques dele requeridos e as emendas, alertou o consultor do Senado Monteiro Lobato.
- c) Das emendas destacadas, serão votadas inicialmente as substitutivas, em seguida serão as emendas supressivas, depois as modificativas, e por último as aditivas.
- d) Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e todas as emendas, lecionou a deputada Tia Ciata, do Partido Antirracista.
- e) Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder. Após serem discutidos, não terão encaminhada sua votação.

**86.** A luta é com o Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN), à luz da Constituição Federal. Sobre a hipotética recepção do presidente da Áustria, Oscar Niemeyer, ao Congresso Nacional, crave a única alternativa certa.

- a) Aberta a sessão conjunta e solene, o presidente do Congresso Nacional, senadora Amelia Earhart, designará cinco senadores e cinco deputados para a comissão incumbida de receber o visitante à entrada principal.
- b) A comissão de recepção vai conduzir Niemeyer diretamente ao plenário. Em seguida, ele será levado ao Salão de Honra, e a sessão será suspensa.
- c) Reaberta a sessão, o Chefe de Estado, Oscar Niemeyer, será introduzido no plenário pela mesma comissão de recepção, indo ocupar na Mesa o lugar de honra, à esquerda da presidente do Congresso Nacional.
- d) Os espectadores, inclusive os membros da Mesa, com exceção da presidente Amelia, conservar-se-ão de pé. Em seguida, será dada a palavra aos oradores.
- e) Se o visitante Niemeyer quiser usar da palavra, deverá fazê-lo antes de todos os oradores da sessão, informou a analista legislativa da Câmara Carmen Miranda.

**87.** Siga com o Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) no coração e sob os feixes luminosos da Constituição Federal. Em relação às disposições comuns sobre o processo legislativo no RCCN, aponte a única alternativa correta.

- a) A retificação de incorreções de linguagem feita pela Câmara revisora, mesmo que altere o sentido da proposição, não constitui emenda que exija sua volta à Câmara iniciadora.
- b) Emendado o projeto pela Câmara revisora, será devolvido à Câmara iniciadora. Para tanto, o projeto será acompanhado das emendas, documentos e votos, vedados os discursos que instruíram a sua tramitação.
- c) A qualquer Senador ou Deputado é permitido participar dos trabalhos das comissões da Câmara revisora que devam opinar sobre emendas, podendo discutir a matéria com direito a voto.
- d) Os projetos aprovados definitivamente serão enviados à sanção da presidente da República, Nise da Silveira. Mas um projeto de lei também pode ser sancionado pela presidente do Senado, Amelia Earhart, ou até pelo presidente da Câmara.
- e) Quando sobre a mesma matéria houver projeto em ambas as Câmaras, terá prioridade, para a discussão e votação, o que primeiro chegar à revisão.

## **CÓDIGO DE ÉTICA**

*Emerson Douglas*

**88.** Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Conselho) da Câmara dos Deputados zelar pela observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar. Sobre esse tema e seus desdobramentos marque a única certa.

- a) Não pode ser membro do Conselho a deputada Sofonisba Anguissola, que foi condenada em processo criminal por órgão jurisdicional colegiado, salvo se a sentença condenatória ainda não houver transitado em julgado.
- b) O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Conselho) compõe-se de 21 membros titulares e igual número de suplentes, todos com mandato de dois anos, com exercício até a posse dos novos integrantes, salvo, por exemplo, em 2026.
- c) Barros Filho é suplente de deputado que está no exercício do mandato na condição de suplente convocado em substituição ao titular. Nessa situação, Barros somente poderá integrar o Conselho como um dos seus 21 suplentes.
- d) A deputada Valentina Tereshkova foi punida disciplinarmente com a suspensão das prerrogativas regimentais por dois meses, em 2023. Por isso ela já poderá integrar o Conselho no biênio 2025-2026.
- e) O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar terá um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares dentre os membros titulares, vedada a reeleição para o mesmo cargo na eleição subsequente, lecionou o consultor legislativo Pedro Álvares Cabral.

**89.** A respeito do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), acerca do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Conselho), e da possível suspensão de prerrogativas regimentais do deputado alvo de representação, analise as assertivas e encontre a única correta.

- a) O projeto de resolução oferecido pelo Conselho que proponha a suspensão de prerrogativas regimentais será apreciado pelo Plenário da Câmara, em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros, lecionou o analista Silvio Gallo.
- b) Instaurado o processo disciplinar, a presidente do Conselho, Sofia Ionescu, designará três deputados como candidatos a relator. Em seguida, haverá um sorteio para definir qual dos três será de fato o relator do processo.
- c) Esse relator não poderá pertencer ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do deputado representado, mas poderá pertencer ao mesmo Estado.
- d) No caso de a representação ser de iniciativa do Partido dos Filósofos, o relator poderia ser o deputado Leandro Konder, membro dessa agremiação. Salvo se Konder houver sugerido ao seu partido apresentar essa representação.
- e) Durante o processo disciplinar, o Conselho promoverá a apuração dos fatos em total sigilo. A notificação ao deputado representado, para que apresente sua defesa, ocorrerá somente após todas as diligências que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar entender necessárias.

**90.** No que concerne às normas do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), a aplicação das penalidades de suspensão do exercício do mandato por até seis meses e de perda do mandato é de competência do Plenário da Câmara dos Deputados, que deliberará em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros. Sobre o CEDP e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, verifique a alternativa certa.

- a) Na hipótese de suspensão do exercício do mandato, o suplente do parlamentar suspenso será convocado imediatamente após a publicação da resolução que decretar a sanção.
- b) A instauração de processo ético-disciplinar, nas hipóteses que podem resultar em sanções de suspensão ou de perda do mandato, poderá ser revertida se houver a retirada da representação oferecida pela parte legítima.
- c) Bertha Von Suttner, analista legislativa, lecionou que é facultado ao deputado constituir advogado para a sua defesa, sendo vedado fazê-la pessoalmente.
- d) Uma representação contra o deputado Zumbi Palmares foi considerada leviana e ofensiva à sua imagem. Nesse caso, os autos do processo respectivo serão encaminhados à Ouvidoria Parlamentar para as providências reparadoras necessárias.
- e) Concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), com efeito suspensivo, contra quaisquer atos do Conselho que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou do CEDP.

---

**CIÊNCIA POLÍTICA**

---

*Alessandra Lopes*

**91.** É a abordagem clássica na teoria política que concentra sua análise nas estruturas de classe social e enfatiza a luta de classes como um motor de mudança política e social o

- a) Elitismo
- b) Pluralismo
- c) Behaviorismo (comportamentalismo)
- d) Marxismo
- e) Funcionalismo

**92.** Em um seminário sobre teorias democráticas, cinco grupos apresentaram trabalhos abordando as teorias de Dahl, Schumpeter, Tocqueville, Norberto Bobbio e Aristóteles. Cada grupo explicou as contribuições desses teóricos para a compreensão da democracia. No entanto, um dos grupos apresentou informações incorretas sobre a teoria democrática de um desses autores. Sua tarefa é identificar qual das seguintes afirmações está **INCORRETA** de acordo com as teorias dos autores mencionados:

Qual das seguintes afirmações sobre as teorias democráticas dos autores Dahl, Schumpeter, Tocqueville, Norberto Bobbio e Aristóteles está **INCORRETA**?

- a) Aristóteles: Ele classificou a democracia como uma das formas degeneradas de governo, criticando-a por sua instabilidade e propensão à demagogia.
- b) Joseph Schumpeter: Schumpeter definiu a democracia como um sistema de competição política baseado na escolha de líderes por meio de eleições periódicas.
- c) Alexis de Tocqueville: Tocqueville enfatizou que a democracia pode ser prejudicial à liberdade individual, se não houver restrições adequadas ao poder da maioria.
- d) Norberto Bobbio: Bobbio argumentou que a democracia moderna deve ser caracterizada pela proteção dos direitos fundamentais e pela soberania popular representativa.
- e) Robert Dahl: Dahl argumentou que a democracia é alcançada quando todos os cidadãos participam diretamente na tomada de decisões políticas, sem a necessidade de representação.

**93.** Para promover a ratificação da Constituição, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay colaboraram na redação de uma série de ensaios conhecidos como os *Federalist Papers*, entre maio e setembro de 1787. Esses ensaios foram publicados em jornais e discutiram os méritos da Constituição, explicando como ela equilibraria os poderes e protegeria os direitos dos cidadãos. Os *Federalist Papers* são uma fonte valiosa para entender a intenção dos fundadores do federalismo nos EUA.

Qual inovação constitucional os federalistas provocaram, que influenciou o sistema político de vários países pelo mundo?

- a) Os teóricos do federalismo defenderam a inovação constitucional da "fórmula federalista", na qual dois entes estatais com estatura diversa (governo federal e estados) convivem e cujo poder se estende aos indivíduos particularmente.
- b) Os Federalistas introduziram a ideia de uma monarquia hereditária nos Estados Unidos, o que nunca foi adotado em outros países e, portanto, influenciou outros sistemas políticos.
- c) Os Federalistas propuseram a abolição dos governos estaduais em favor de um governo federal centralizado, uma ideia que não teve influência em sistemas políticos fora dos Estados Unidos.
- d) Os Federalistas defendiam a eliminação total da separação de poderes entre os ramos do governo, concentrando todo o poder em um único órgão executivo, o que já foi implementado em nenhum país.
- e) Os Federalistas promoveram a ideia de um sistema de votação por propriedade, no qual apenas os proprietários de terras teriam direito a voto. Essa proposta não foi adotada e não influenciou outros sistemas políticos pelo mundo.

**94.** Joseph Schumpeter acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

A teoria elitista de Schumpeter sobre a democracia está corretamente expressa em :

- a) Schumpeter argumentou que a democracia ideal é aquela em que não há elites políticas e todos os cidadãos participam igualmente das decisões políticas.
- b) A teoria de Schumpeter enfatizava que a estabilidade política só poderia ser alcançada por meio da concentração de poder nas mãos de um líder carismático, eliminando assim a competição entre elites políticas.
- c) A visão de Schumpeter sobre a participação política enfatizava a competição entre partidos políticos e candidatos por meio de eleições regulares, com os cidadãos escolhendo entre as opções apresentadas pelos candidatos, em um modelo de "mercado de votos".
- d) Schumpeter acreditava que a participação política direta dos cidadãos, como referendos e iniciativas populares, era a pedra angular de sua teoria democrática.
- e) De acordo com Schumpeter, a competição política deveria ser suprimida em favor de um governo centralizado, controlado por um único partido político, para evitar conflitos e instabilidade.

**95.** Em um país fictício chamado "Transitória", que historicamente operava sob um sistema parlamentarista, está sendo discutida uma mudança para um sistema presidencialista. Os cidadãos de Transitória estão curiosos sobre como essa mudança afetará a prática do sistema de governo. Assim, o governo decidiu fazer uma campanha para esclarecer as mudanças.

Quais mudanças deve ser explicada na campanha do governo para esclarecer a população de Transitória?

- a) Na campanha, o governo deve explicar que o sistema presidencialista manterá o mesmo processo de eleição do chefe de governo, como no sistema parlamentarista anterior.
- b) Na campanha, o governo deve ressaltar que o sistema presidencialista resultará em uma diminuição do poder do chefe de Estado em relação ao sistema parlamentarista.
- c) Na campanha, o governo deve destacar que o sistema presidencialista envolverá a eleição separada do chefe de Estado e do chefe de governo, com o presidente exercendo amplos poderes executivos.
- d) Na campanha, o governo deve afirmar que a mudança para o sistema presidencialista não afetará a separação tradicional de poderes entre o legislativo, o executivo e o judiciário.
- e) Na campanha, o governo deve comunicar que o monarca terá um papel mais ativo no novo sistema presidencialista, atuando como chefe de governo.

**96.** A organização das agremiações foi prevista pela Constituição Federal e os critérios para a criação dos partidos foi estabelecido na Lei dos Partidos Políticos, instituída em 1995. De acordo com a legislação, os partidos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e sua criação é livre, desde que respeite a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais.

(ROMANO, Anna Carolina. "Partidos políticos no Brasil", 08/04/2022. Disponível em: <<https://www.blog.inteligov.com.br/partidospoliticos-brasil>>. Acessado em 27/09/2023.)

Em 2022, pela primeira vez foi aplicada nas eleições as "federações partidárias". Em setembro de 2023 existiam três federações partidárias na legislatura brasileira: a Fe Brasil (PT, PCdoB e PV), a Fe-PSDB-Cidadania e a Fe-PSOL-REDE. A criação das federações partidárias tem, como principal objetivo, o(a)

- a) busca pela ampliação da pluralidade partidária, favorecendo a criação de novos partidos e permitindo a proliferação de representações ideológicas diversas.
- b) facilitação da coligação entre os partidos majoritários, minimizando a influência de novos partidos e representações minoritárias no cenário político, a fim de manter a estabilidade política do país.
- c) democratização extensiva da representatividade partidária, sem necessidade de conformidade com critérios legislativos estritos.
- d) limitação da quantidade de partidos políticos, em conjunto com outras medidas, a fim de evitar a fragmentação político-partidária.
- e) fomento à diversidade ideológica sem restrições, viabilizando a representação de uma multiplicidade de visões de mundo.

97. Sobre a palavra “Estado”, Michel Senellart escreve:

A palavra era de uso corrente na literatura política do século XV para designar o poder de um homem ou de um grupo no comando da cidade. Assim falava-se do *stato de’ Medici* (estado de Médici). É nesse sentido de autoridade, de preeminência, circunscrito ao *sujeito* do poder, que Maquiavel a emprega mais frequentemente. A expressão *manter o estado*, para o príncipe, é então sinônimo de *se manter no seu estado*, manter-se em sua posição. *Stato* (Estado) remete portanto ao interesse próprio do príncipe, diferente do da cidade, quando não lhe é contrário.

(SENELLART, Michel. *As artes de governar*, trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 226).

A partir de seus conhecimentos sobre a teoria política de Nicolau Maquiavel, assinale a alternativa que melhor compreende a sua noção de poder:

- a) A noção de poder de Maquiavel é baseada na ideia de que o Estado representa o interesse exclusivo do príncipe, e não o interesse da cidade.
- b) Maquiavel usa a palavra "Estado" para se referir à autoridade e preeminência de um grupo no comando da cidade, enfatizando a importância do bem-estar coletivo sobre os interesses individuais.
- c) De acordo com Maquiavel, manter o Estado significa manter-se no poder e proteger os interesses do príncipe, mesmo que isso seja contrário aos interesses da cidade.
- d) Maquiavel usa o termo "Estado" exclusivamente para descrever a autoridade de um grupo governante sobre a cidade, sem considerar a dinâmica política e as relações de poder mais amplas.
- e) A noção de poder de Maquiavel é centrada na ideia de que o Estado deve ser mantido à custa do príncipe, priorizando o bem comum e a estabilidade da cidade.

98. A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. [...] Nas relações entre dominantes e dominados, por outro lado, a dominação costuma apoiar-se internamente em bases jurídicas, nas quais se funda a sua “legitimidade”, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar consequências de grande alcance. Em forma totalmente pura, as “bases de legitimidade” da dominação são somente três, cada uma das quais se acha entrelaçada — no tipo puro — com uma estrutura sociológica fundamentalmente diversa do quadro e dos meios administrativos.

(WEBER, Max. *Sociologia*, organizado por Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2003, p. 128)

Relacione o tipo de dominação com a coluna correspondente.

- |                             |   |
|-----------------------------|---|
| I. Dominação carismática.   | (a) Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à <i>regra</i> estabelecida. |
| II. Dominação legal.        | (b) O tipo daquele que ordena é um “senhor” e aqueles que o obedecem são “súditos”.             |
| III. Dominação tradicional. | (c) O tipo que manda é o “líder” e o que o Obedece é o “seguidor” ou “apóstolo”.                |

- a) I-a; II-b; III-c.
- b) I-c; II-b; III-a.
- c) I-c; II-a; III-b.
- d) I-b; II-c; III-a.
- e) I-b; II-a; III-c.

99. O autor classificou os sistemas partidários dos países democráticos a partir da relação dos partidos com o princípio de maioria. No sistema predominante, um único partido obtém, por um período prolongado (quatro legislaturas), a maioria parlamentar. Já no sistema bipartidário, dois partidos competem para a obtenção da maioria, com o revezamento do poder entre eles. Os sistemas multipartidários são aqueles em que nenhum partido se aproxima da maioria absoluta.

(NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 32)

O nome do pensador a que a teoria exposta no texto faz referência é:

- a) Maurice Duverger.
- b) Max Weber.
- c) Jean Blondel.
- d) Norberto Bobbio.
- e) Giovanni Sartori.

100. Uma das razões para nossas dificuldades pode ter a ver com a natureza do percurso da cidadania no Brasil. [...] Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois, vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.

(Adaptado CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 219-220)

Quando o autor fala sobre a inversão da pirâmide dos direitos, ele quer dizer que no processo da cidadania no Brasil

- a) a consolidação dos direitos sociais ocorreu em um período ditatorial, enquanto os direitos políticos se consolidaram com a transição democrática e podemos dizer que muitos direitos civis não são praticados no Brasil.
- b) o processo de cidadania seguiu uma ordem em que os direitos civis foram estabelecidos de forma primordial, seguida pelos direitos políticos e por último os direitos sociais, assim como em outros contextos democráticos.
- c) a pirâmide dos direitos foi estabelecida com foco prioritário nos direitos civis, enquanto os direitos sociais e políticos foram considerados secundários e dependentes da consolidação dos primeiros.
- d) o processo de cidadania no Brasil se deu de maneira harmônica e equilibrada, com a consolidação simultânea dos direitos civis, políticos e sociais, refletindo um desenvolvimento democrático equânime.
- e) a afirmação de uma pirâmide invertida dos direitos se refere à priorização dos direitos políticos, sendo estes plenamente assegurados e consolidados antes dos direitos civis e sociais, os quais permaneciam largamente negligenciados.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

**101.** O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

**102.** Para desempenhar suas funções e papéis na organização, o administrador deve possuir habilidades de três tipos: humanas, técnicas e conceituais. Assinale a alternativa que descreve corretamente um exemplo de habilidades conceituais.

- a) Liderar e motivar os subordinados.
- b) Desempenhar tarefas que requerem conhecimentos especializados, tais como a elaboração de balanços patrimoniais.
- c) Capacidade de manter bons relacionamentos na organização.
- d) Capacidade de coordenar e influenciar equipes.
- e) Capacidade de visualizar a organização como um todo e de trabalhar com ideias e conceitos.

**103.** A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

**104.** Suponha que determinado departamento da Câmara dos Deputados tenha analisado, em 2021, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2022, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2021 para 2022, o determinado departamento foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

**105.** A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

**106.** João das Neves, funcionário da organização SF123, foi promovido a gerente. A promoção foi muito mal aceita pelos demais membros da equipe, que não acreditavam que ele tinha mérito para ser promovido a gerente. A equipe desempenha tarefas desestruturadas e trabalha sem qualquer meta definida. João das Neves, enquanto novo gerente, não terá qualquer autonomia para recompensar o bom desempenho dos subordinados, e nem poderá solicitar substituições de funcionários que não apresentem bons resultados.

Na situação descrita, de acordo com a teoria da liderança contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz será o:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) persuasivo;
- c) orientado para a tarefa.
- d) transformacional;
- e) diretivo;

**107.** De acordo com Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas. De acordo com o autor, salário é um

- a) fator higiênico
- b) fator motivacional
- c) fator de segurança
- d) fator de estima
- e) fator social

**108.** A barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos é chamada de

- a) sobrecarga de informações
- b) filtragem
- c) percepção seletiva
- d) semântica
- e) desinteresse

**109.** O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

**110.** Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dimensão que constitui o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se refere aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa é chamada de

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade
- e) nenhuma das anteriores

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Elisabete Moreira*

**111.** O Balanced Scorecard (BSC) – Indicador Balanceado de Desempenho é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton. Com relação ao BSC, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia, do geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- ( ) Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos desempenhados: construtor, comunicador e implantador.
- ( ) São componentes do BSC os temas estratégicos, objetivos estratégicos, metas e aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

**112.** O tema da governança pública passou a ser debatido em razão do esgotamento do modelo burocrático weberiano e da crise fiscal dos anos 80 e reflete a forma de relacionamento dos diversos atores e instâncias responsáveis pela avaliação e monitoramento, a exemplo do controle social, que pode ser entendido, como uma instância:

- a) interna de apoio à governança;
- b) interna de governança;
- c) autônoma de administração;
- d) externa de apoio à governança;
- e) externa de governança.

**113.** A gestão por resultados, implantada a partir de 1995, no âmbito no modelo gerencial apresenta algumas características específicas. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os resultados dependem da eficiência das etapas realizadas, por isso o foco nos procedimentos é essencial.
- II. A liderança participativa atribui a todos a responsabilidade por atingir os resultados.
- III. Na gestão por resultados, os diferentes setores trabalham com autonomia e devem definir os procedimentos adequados para chegar ao resultado desejado.

Está correto o que se afirma em

- a) II, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, somente

**114.** A avaliação na administração pública deve ser realizada com base nos indicadores e metas previamente definidos e não limitada à autoavaliação ou a aspectos comportamentais e subjetivos. Acerca dos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca de resultados, tem-se que:

I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do alcance dos resultados educacionais previstas no plano de educação.

II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.

III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire equipamentos e insumos para as escolas de alta qualidade e com custo abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

**115.** No âmbito da administração pública gerencial, o governo empreendedor caracteriza-se por ser um governo que pertence à comunidade, catalisador da ação pública, privada e voluntária. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

a) O governo empreendedor visa manter os pressupostos positivos do modelo tradicional burocrático; Concentra-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.

b) A ação catalisadora do governo empreendedor inclui a realização de privatizações e a mobilização de grupos comunitários para a prestação de serviços públicos.

c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a responsabilização da ação pública, sem perder de vista a importância da hierarquia de decisões.

d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.

e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

**116.** Accountability está associada à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos e pode ser exercida em diferentes dimensões. O controle exercido pelo sistema de pesos e contrapesos pode ser entendido como um tipo

- a) circular.
- b) burocrática.
- c) vertical.
- d) horizontal.
- e) societal.

**117.** A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.

II - Os conselhos gestores são órgãos públicos, que atende ao princípio da paridade composto por representantes da sociedade e do governo, não exigida lei para sua criação, por serem regidos por regulamento próprio.

III - As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

**118.** Sobre as políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores e reflete o momento em que os interesses dos atores são equacionados.
- b) Uma demanda só passa a constituir uma política pública quando se torna um problema público.
- c) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores e abrange a definição de critérios, indicadores e padrões que devem ser colocados em prática para o alcance dos resultados da política.
- d) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete aos agentes da burocracia.
- e) A avaliação somativa de políticas públicas ocorre na fase final do processo e envolve a correção dos desvios em relação ao planejado.

**119.** A análise do ciclo de políticas públicas permite identificar modelos na forma de ciclo de etapas sucessivas, que facilitam a análise e avaliação por meio de critérios e indicadores estabelecidos, visando ao ajuste de ações para a consecução dos objetivos. Em relação aos indicadores avalie as afirmativas a seguir

I. eficiência administrativa corresponde ao nível de conformidade da implementação a regras preestabelecidas.

II. Economicidade refere-se ao nível de recursos utilizados (inputs).

III. Eficácia é a verificação dos resultados de um programa e os efeitos de médio e longo prazo sobre os beneficiários.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) III, apenas.

**120.** A visão estratégica da área de gestão de pessoas exerce a função de staff, definindo políticas e práticas, visando a assegurar, nessa perspectiva, uma evolução na atuação das organizações. Acerca dos temas relacionados à gestão de pessoas que atua num ambiente dinâmico e mutável e adota estratégias prospectivas, assinale a opção que apresenta medidas adequadas:

- a) recrutamento interno e avaliações customizadas.
- b) treinamento com foco individual e decisões centralizadas sobre a remuneração.
- c) salário baseado na antiguidade e treinamento em equipe
- d) avaliações padronizadas e recrutamento interno.
- e) recrutamento externo e treinamento em equipe.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E  
ORÇAMENTÁRIA**

*Gabriela Zavadinack*

**121.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual é:

- a) o instrumento de planejamento de longo prazo do governo, em que se definem, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal.
- b) o instrumento que estabelece metas para os programas de duração continuada.
- c) o instrumento que contém o anexo com a proporção de recursos para investimentos em andamento.
- d) o instrumento que compreende o orçamento de investimento das estatais.
- e) o instrumento de planejamento tático do governo.

**122.** As diretrizes norteadoras básicas que conferem racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público são estabelecidas pelos princípios orçamentários. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O princípio da totalidade estabelece que todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações mantidas e instituídas pelo Poder Público devem estar compreendidas na Lei Orçamentária Anual.
- b) O princípio da especificação estabelece que a Lei Orçamentária Anual não poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.
- c) A possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter autorização para abertura de créditos adicionais é uma exceção constitucional ao princípio da exclusividade.
- d) De acordo com o princípio da não afetação da receita, um Município poderá vincular parcela da repartição de impostos recebidos da União para prestar-lhe garantia.
- e) O princípio do orçamento bruto dispõe que a Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvados a reserva de contingência e os programas especiais de trabalho.

**123.** Conforme prescrito na Lei nº 4.320/64, os estágios da despesa pública incluem o empenho, a liquidação e o pagamento, que são realizados pelo Poder Público a fim de concretizar suas atividades e satisfazer as necessidades públicas. Acerca do tema, é correto afirmar:

- a) É vedado o empenho de despesas cujo montante não se possa determinar.
- b) Utiliza-se o empenho ordinário para despesa decorrente de contrato de aluguel.
- c) Em casos especiais previstos na legislação específica, o pagamento da despesa poderá ser efetuado antes da regular liquidação.
- d) O empenho da despesa é ato emanado da autoridade competente, que tem como objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar.
- e) Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho da despesa.

**124.** O registro da arrecadação dos recursos é efetuado por meio de códigos de natureza de receita, sendo que cada receita possui normas específicas de aplicação. Essas normas, por sua vez, podem especificar tanto “quem” deverá aplicar a receita quanto “qual” atividade estatal (qual política pública, qual despesa) deverá ser financiada por meio dessa receita. Sobre a classificação por fonte/destinação de recursos, afirma-se corretamente que

- a) A atual codificação amplia o escopo de abrangência do conceito de origem e passa a explorá-lo na sequência lógico-temporal na qual ocorrem naturalmente atos e fatos orçamentários codependentes.
- b) Os recursos com destinação não vinculada são utilizados para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade, a exemplo de recursos recebidos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos.
- c) Os recursos arrecadados no exercício corrente e os recursos arrecadados em exercício anteriores são exemplos de grupos de fonte de recursos.
- d) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2024, 30% da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, inclusive a contribuição social do salário-educação, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.
- e) A classificação por fonte de recursos tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas Estatais.

**125.** No que tange à dívida pública, com fundamento nos preceitos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, compete ao Congresso Nacional

- a) dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal.
- b) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- c) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- d) estabelecer limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios
- e) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

**126.** A respeito do orçamento-programa e de sua estruturação, assinale a assertiva correta:

- a) A definição dos objetivos governamentais é etapa prescindível nessa técnica orçamentária.
- b) O elemento básico da estrutura do orçamento-programa é o programa, o qual consiste em operações das quais resultam produtos (bens ou serviços).
- c) A atividade é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.
- d) As operações especiais consistem nas despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- e) A “Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde” é um clássico exemplo de projeto, pois as operações estão delimitadas no tempo e a produção incorpora ao patrimônio, aperfeiçoando a ação de governo.

**127.** As despesas públicas que não precisam de autorização legislativa para serem realizadas são considerados dispêndios extraorçamentários e compreendem desembolsos realizados pela administração pública para quitar as obrigações decorrentes dos ingressos extraorçamentários. Pode ser considerado um dispêndio extraorçamentário a(o):

- a) subvenções econômicas.
- b) inscrição em restos a pagar.
- c) resgate de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- d) pagamento de operações de crédito.
- e) emissão de moeda.

**128.** Suponha que a empresa Tinta Feliz Ltda. foi contratada, após regular procedimento licitatório, para realizar a manutenção de pintura do hall de entrada da Câmara dos Deputados. O serviço foi realizado durante o ano de 20x0 e, em 31/12/X0, a despesa encontrava-se em fase de verificação do direito adquirido pelo credor. Nesse contexto, afirma-se corretamente que

- a) em 31/12/20X0, essa despesa deverá ser inscrita em restos a pagar processados.
- b) em 31/12/20X0, essa despesa deverá ser inscrita em restos a pagar não processados a liquidar.
- c) em 31/12/20X0 essa despesa deverá ser anulada, para possibilitar o pagamento em 20X1 mediante despesas de exercícios anteriores.
- d) em 31/12/20X0 essa despesa deverá ser anulada, para possibilitar o pagamento em 20X1 mediante suprimimento de fundos.
- e) em 31/12/20X0, essa despesa deverá ser inscrita em restos a pagar não processados em liquidação.

**129.** Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Sobre o tema, com base na Lei nº 4.320/64 e nos Manuais Técnicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A despeito de ser fonte potencial de fluxo de caixas, a dívida ativa não é reconhecida contabilmente no ativo.
- b) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados.
- c) Taxas de ocupação e empréstimos compulsórios são inscritos na dívida ativa não tributária.
- d) A inscrição do crédito em dívida ativa configura fato contábil permutativo, pois não altera o valor do patrimônio líquido do ente público.
- e) Se o valor do crédito estiver em moeda estrangeira, este será convertido ao valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa.

**130.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ao tratar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LRF dispõe que cabe a esse instrumento de planejamento

- a) estabelecer os limites percentuais máximos da despesa com pessoal, a serem observados por todos os entes federativos, com base na receita corrente líquida.
  - b) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
  - c) dispor sobre condições para a instituição e funcionamento de fundos.
  - d) estabelecer as metas de política fiscal, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.
  - e) demonstrar, em anexo, a evolução do patrimônio líquido, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
-

<b>DISCURSIVA</b>
-------------------

À luz do que prevê a CF/1988 e o Regimento Comum do Congresso Nacional, responda às seguintes perguntas:

1. Em regra, qual a composição das comissões mistas?
2. Como os membros das Comissões Mistas são indicados e designados?
3. Qual o quórum de abertura das sessões conjuntas? Quais as providências em caso de não preenchimento do quórum?
4. Quais as ocasiões em que as sessões serão solenes?

Resposta em até 30 linhas.

---

## Simulado Especial Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - Técnica Legislativa - 01/10/2023

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---